

XXXIV Encuentro Arquisur.
XIX Congreso: "CIUDADES VULNERABLES. Proyecto o incertidumbre"

La Plata 16, 17 y 18 de septiembre.
Facultad de Arquitectura y Urbanismo – Universidad Nacional de La Plata

EJE: Investigación
Área 4 - CIUDAD, TERRITORIO Y PAISAJE; GESTIÓN

TERRITÓRIOS DE FLUXOS E ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE CIDADES NA FRONTEIRA SULBRASILEIRA

Heleniza Ávila Campos ⁽¹⁾,
André Della Nora Fauri ⁽²⁾,
Clarissa Ganzer Sobiesiak ⁽³⁾

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
Porto Alegre-RS, Brasil - 55 51 3308 3145 - PROPUR

⁽¹⁾ heleniza.campos@ufrgs.br, ⁽²⁾ decofauri@gmail.com, ⁽³⁾ clarissagzr@gmail.com

RESUMO

O presente artigo objetiva discutir o papel da rede de cidades na configuração de fluxos de mercadorias em espaços fronteiriços, utilizando como estudo de caso a fronteira sul-brasileira com o Uruguai e a Argentina. Rede de cidades é aqui entendida como conjunto de centros urbanos articulados entre si, com especificidades histórico-espaciais. Verificam-se duas formas principais de integração internacional: de um lado, a fronteira seca Brasil-Uruguai, que apresenta forte potencialidade de articulação através de uma rede urbana mais ramificada e de suas cidades gêmeas historicamente constituídas com grandes investimentos em *free shops*; de outro lado, a fronteira Brasil-Argentina esbarra na ausência de uma maior densidade de cidades e de eixos viários do lado argentino, mas ainda assim definindo pontos estratégicos de passagem entre os dois países. Essa rede de cidades conforma uma importante estrutura de passagem de fluxos de mercadorias do MERCOSUL. A metodologia adotada apoia-se na identificação do papel de centros nodais estratégicos (agregadores e difusores de dinâmicas socioespaciais) na rede regional de cidades, segundo as conexões viárias e localização em relação aos países vizinhos. Embora tenha essa relevância supranacional na estruturação dos fluxos de mercadorias, essa fronteira tem pouca visibilidade nas políticas nacionais dos países envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: FRONTEIRA; TERRITÓRIO; REDE DE CIDADES

INTRODUÇÃO

As regiões de fronteira internacional na atualidade tem se convertido em espaços de múltiplos significados. Do ponto de vista geopolítico, algumas experiências tem possibilitado estratégias de convivência e proximidade, viabilizando projetos de desenvolvimentos compartilhados entre países. No entanto, o tradicional entendimento do território enquanto espaço com claras delimitações de seus limites ainda permanece em algumas realidades na América Latina.

Na Bacia do Prata a fronteira assume diferentes significados e dinâmicas sociais, de acordo com sua trajetória histórica, com suas relações geográficas de localização na rede urbana em que se insere, com as relações de poder com os distintos agentes sociais que participam dos processos econômicos e políticos ali vivenciados. A Bacia do Prata, ou Bacia Platina, é formada pela bacia hidrográfica do rio Uruguai juntamente com as bacias dos rios Paraná e Paraguai, sendo a segunda maior da América do Sul com 3,14 milhões de km². A bacia do Uruguai se concentra entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, contendo uma extensão territorial total de 385.000 km² e 45% em território nacional” (Portal Brasil,

2009). A fronteira entre Brasil e Uruguai possui fortes interações e conflitos econômicos, bem como semelhanças em suas características sociais e culturais muito peculiares, que resultam em grande parte dos processos históricos de ocupação do território. No entanto, por vezes, esbarram nas diferenças de organizações de controle de circulação.

O presente artigo tem por objetivo discutir o papel da rede urbana e sua articulação em regiões de fronteira, utilizando como estudo de caso a fronteira Brasil-Uruguai. O tema proposto se insere na pesquisa intitulada “Transfronteirizações na América do Sul: Dinâmicas Territoriais, Desenvolvimento Regional, Integração e Defesa nas Fronteiras Meridional e Setentrional do Brasil”, sob coordenação do professor Aldomar Arnaldo Rückert, com financiamento de Edital da CAPES (PRÓ-DEFESA/2013).

O artigo possui três partes, além da introdução e das considerações finais: a primeira refere-se a apontamentos teóricos que apresentam alguns conceitos chave estruturadores das ideias desenvolvidas no artigo; a segunda, apresenta uma breve caracterização da fronteira brasileira, com ênfase na sua porção sul; a terceira e última parte diz respeito a uma discussão sobre o papel da rede urbana no Estado do Rio Grande do Sul na articulação morfológica entre o Brasil e o Uruguai.

1. APONTAMENTOS CONCEITUAIS: TERRITÓRIO, FRONTEIRA E REDE URBANA

O conceito de território diz respeito às expressões de poder localizadas e manifestas no espaço social. Ao termo, está associada não apenas a noção de posse, propriedade do solo, legal e socialmente reconhecida, através de documentações e favorecimentos institucionais. Ao conceito de território está associada também e principalmente a ideia de apropriação, ou seja, o processo de utilização, controle e dominação de porções do espaço - em diversas escalas geográficas - por parte de instituições, grupos sociais, ou mesmo indivíduos, sejam eles formais ou informais. A apropriação, portanto, é a ação preliminar definidora do território, podendo ou não ser posteriormente estabelecida como propriedade.

O conceito de território, na verdade, envolve múltiplas formas de apropriação do espaço, estando relacionado a diferentes modos de uso e ocupação por indivíduos, classes e/ou grupos sociais, além do próprio Estado. Este trabalho procura privilegiar o território e das construções e reconstruções das territorialidades. Território não se confunde com espaço social entendido como condição e meio de produção e reprodução social na sua dimensão mais concreta, sendo a base geográfica para o estabelecimento das relações sociais, inclusive aquelas de apropriação definidoras do território, passíveis de transformações ao longo do tempo. Assim, todo território contém forte conteúdo simbólico, porque é produto de ‘relações socioespaciais’, podendo ser analisado de diferentes perspectivas, como por exemplo: os efeitos destas relações sobre o comportamento dos indivíduos; as territorializações, ou seja, a efetiva produção de territórios; ou ainda as desterritorializações, ou seja, a dissolução territorial. Neste sentido, o estudo da territorialidade humana assume importante papel no processo de definição dos territórios, enquanto recortes politicamente definidos.

Fortemente vinculado ao território está o conceito de rede urbana, ou seja, a expressão física das interações entre cidades (centros nodais) através de eixos viários (elementos articuladores da rede). A rede urbana constitui-se em uma das estruturas territoriais mais fundamentais, encontrando-se em permanente transformação devido à assimilação das diversas influências, endógenas ou exógenas, formalmente espacializadas ou presentes através de interconexões e fixações imateriais. Tais relações entre nós articulares – aqui reconhecidos como territórios urbanos, constituindo-se ao mesmo tempo em reflexo e condição das relações socioespaciais – estabelecem uma “ordem” própria, mutável com o tempo e com hierarquias distintas, considerando o papel diferenciado das cidades de acordo

com suas propriedades particulares e suas possibilidades alternativas de integração com o sistema.

A rede urbana é aqui entendida como o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, com especificidade histórico-espacial, capaz de refletir e reforçar as “características sociais e econômicas do território, sendo uma dimensão socioespacial da sociedade”. (Correa, 2006). O conceito de rede, segundo Dupuy (1991), emerge progressivamente dentro da história recente porque ele traz à luz uma nova forma de organização espacial, traduzindo de forma mais adequada à economia mundial contemporânea certos tipos de relação entre espaço/tempo/informação/território, constituindo-se como categorias da organização socioespacial da sociedade moderna.

Com efeito, não se trata de considerar a rede apenas enquanto topologia de lugares e trama dos fluxos e circulações de um território, mas também e, sobretudo, como sistema influenciado pelas relações internas e externas num processo dinâmico de adaptação e transformação através de um jogo de informações. As novas tecnologias criam assim um universo particular, um espaço/tempo próprio que, no entanto, necessitam das redes e do território para sua legitimação e expansão. Esta dimensão torna-se mais legível através das diversas e complexas ações dos diferentes agentes que compõem a sociedade.

Uma rede constitui-se, dentro de um dado sistema, nas diversas formas de arranjo (espacial), interação, complementação (funcional) e influência (política e econômica) entre as partes de um sistema, representando estratégias possíveis de resposta e estímulo ao meio em que se insere.

Nos sistemas urbanos especificamente, as redes de cidades destacam-se pelas suas diversas dimensões, constituindo-se em toda infraestrutura (técnica) inscrita em um território; é uma forma particular de organização e no âmbito dos processos de interação, desintegração ou exclusão espacial ela aparece como instrumento que viabiliza duas estratégias: circular e comunicar; e ainda parte (ou instrumento) do processo de construção identitária de uma sociedade.

A vinculação entre os conceitos de território e rede urbana refere-se ainda à busca pelo entendimento das distintas e complexas formas de definição dos limites entre integração socioespacial e controle territorial. Como este artigo trata de cidades articuladas em rede urbana que perpassa diferentes países, importa definir território passa a ser imprescindível, em que a ideia de controle das atividades e dos movimentos são evidentes e fundamentais.

2. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO FRONTEIRIÇA SUL BRASILEIRA

A área de estudo localiza-se na macrorregião da Bacia do Prata no centro-sul do continente sul-americano, coincidente praticamente com o núcleo geoeconômico do Mercosul. Destaca-se ali o Rio Uruguai enquanto um dos principais cursos d'água desta região, delimitando a divisa internacional entre Brasil, Argentina e Uruguai e, dentro do território brasileiro, as fronteiras entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Neste contexto, a porção brasileira ali contida possui características econômicas e socioculturais muito diversas.

Para análise da hierarquia da rede urbana na região sul brasileira, utilizou-se como fonte principal os mapas e informações disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no estudo sobre as Regiões de Influência de Cidades (REGIC, 2008), com ênfase na região Sul Brasileira. Dois documentos importantes são as publicações referentes às redes urbanas no Brasil (Ipea, 2000) e na região sul, em particular (Ipea, 2001).

O sistema urbano da Região Sul brasileira, segundo Moura & Kleinke (1999), caracteriza-se pela existência de uma rede de centros urbanos distribuídos por todo território e com nítidas

áreas de concentração, configurando as regiões metropolitanas e os diversos aglomerados urbanos. Observa-se, no entanto, algumas características importantes nesta rede: i) a forte concentração de centros sub-regionais e de zona a oeste na porção que integra o norte gaúcho, o oeste catarinense, onde se concentram a produção do soja e uma emergente concentração industrial; ii) a ausência de capitais regionais ou centros regionais estratégicos na porção sul do Rio Grande do Sul, em que se encontram os grandes municípios com tradicional economia baseada na produção agropastoril; iii) a presença de uma concentração significativa de centros sub-regionais ao norte do Paraná, onde há um forte investimento na produção industrial.

A base produtiva, fortemente reestruturada a partir dos anos 1970, apoia-se principalmente em três vertentes de atividades: os tradicionais setores agrícola (principalmente soja, trigo e milho), pecuário (gado de corte e de leite) e agroindustrial modernizados e centrados na forte atuação de multinacionais; o setor industrial, contendo ramos modernos na linha da metalomecânica que a partir da segunda metade dos anos 1990 passa a assumir a frente da geração de renda na região; e o setor serviços, em forte expansão principalmente nos centros urbanos estratégicos (região metropolitana e centros regionais).

Do ponto de vista da inserção territorial destes estados na faixa de fronteira, há distinções muito claras, com repercussões demográficas. É importante destacar que a faixa de fronteira do Brasil compreende um recorte territorial de 150 km de largura paralela à linha divisória terrestre do território nacional (IBGE, 2014). No Paraná existem 139 municípios dentro da faixa de fronteira, em Santa Catarina 82 e no Rio Grande do Sul 197 municípios. No item a seguir apresenta-se uma caracterização da realidade da faixa de fronteira no Estado gaúcho.

3. O PAPEL DA REDE URBANA GAÚCHA NA ARTICULAÇÃO MORFOLÓGICA ENTRE BRASIL/URUGUAI

No contexto da Região Sul o Rio Grande do Sul se destaca pela diversidade e extensão de seus limites fronteiriços internacionais, contendo em sua faixa de fronteira grande percentual da população do Estado. A população total compreendida nesse recorte espacial do Estado é de 4.783.236 habitantes, ou seja, quase a metade da população do Rio Grande do Sul, que é de 10.693.929 habitantes (IBGE, 2010). Do total das 197 cidades localizadas dentro da faixa de fronteira, apenas 18 contém população acima de 20.000 habitantes, contabilizando um percentual de 730.205 habitantes. Verifica-se assim a grande presença de pequenas cidades que compõem essa rede urbana fronteiriça, que se distribuem no território de forma mais concentrada na porção noroeste e de forma mais esparsa na metade sul do Estado. De fato, o Rio Grande do Sul contém grande parte de seu território em faixa de fronteira, visto que é o único.

A grande diferença verificada no Estado gaúcho se dá pela sua condição fronteiriça ao sul com o Uruguai e ao oeste com a Argentina, estabelecendo apenas uma fronteira interestadual no território nacional – com Santa Catarina. Além desta sua forte vinculação internacional, destaca-se ainda na Faixa a existência do Porto de Rio Grande, como importante infraestrutura de articulação comercial internacional com o Mercosul.

Das 197 cidades relativas aos municípios na faixa de fronteira do Rio Grande do Sul, 21 contém cidades que se encontram em proximidade da linha de fronteira e, portanto no escopo deste trabalho e que foram utilizadas como base para a análise e confecção cartográfica, sendo somadas ainda a essas as cidades de Porto Alegre (além de ser a capital, por ser o centro metropolitano com forte influência na rede urbana do Estado) e Santa Maria (pela sua localização estratégica e relevância regional em relação aos municípios na faixa de fronteira). A escolha das cidades para composição de uma rede

urbana estratégica nessa região baseou-se nos critérios elaborados por Carneiro Filho, 2013, que levou em consideração: i) a importância econômica das cidades em seu contexto regional; ii) o tamanho da população (ou seja, as mais populosas); iii) a condição de cidades-gêmeas; e iv) o grau de importância de suas conexões viárias com outras as cidades, seja em termos de quantidade, seja ainda quanto a sua vinculação a centros urbanos hierarquicamente mais estratégicos.

A Tabela 1 apresenta dados demográficos e a situação da cidade quanto à condição de constituir-se em cidade gêmea, ou seja, espaços urbanos, conturbados ou não que se subdividem pela linha de fronteira (terrestre ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura).

Tabela 1: Demografia e situação das principais cidades da faixa de fronteira estratégicas no RS.

| MUNICÍPIOS | Área (km²) | População 2010 (hab.) | Dens. demog. 2010 | Situação na fronteira | País de fronteira |
|--------------------|------------|-----------------------|-------------------|-----------------------|---------------------|
| Aceguá | 1.549.383 | 4.394 | 2,84 | cidade-gêmea | Uruguai |
| Alegrete | 7.803.954 | 77.653 | 9,95 | faixa de fronteira | Argentina |
| Bagé | 4.095.534 | 112.550 | 28,52 | linha de fronteira | Uruguai |
| Barra do Quaraí | 1.056.143 | 4.012 | 3,80 | cidade-gêmea | Argentina e Uruguai |
| Chuí | 202.552 | 5.917 | 29,21 | cidade-gêmea | Uruguai |
| Itaqui | 3.404.037 | 38.159 | 11,21 | cidade-gêmea | Argentina |
| Jaguarão | 2.054.382 | 27.931 | 13,6 | cidade-gêmea | Uruguai |
| Pelotas | 1.610.084 | 328.275 | 203,89 | faixa de fronteira | Uruguai |
| Porto Mauá | 105.561 | 2.542 | 24,08 | linha de fronteira | Argentina |
| Porto Vera Cruz | 113.646 | 1.852 | 16,3 | linha de fronteira | Argentina |
| Porto Xavier | 280.510 | 10.558 | 37,64 | cidade-gêmea | Argentina |
| Quaraí | 3.147.632 | 23.021 | 7,31 | cidade-gêmea | Uruguai |
| Rio Grande | 2.709.522 | 197.228 | 72,79 | faixa de fronteira | Uruguai |
| Rosário Do Sul | 4.369.649 | 39.707 | 9,09 | faixa de fronteira | Uruguai |
| Santa Rosa | 489.798 | 68.587 | 140,03 | faixa de fronteira | Argentina |
| Santa V. do Palmar | 5.244.353 | 30.990 | 5,91 | linha de fronteira | Uruguai |
| S. do Livramento | 6.950.354 | 82.464 | 11,86 | cidade-gêmea | Uruguai |
| Santo Ângelo | 680.498 | 76.275 | 112,09 | faixa de fronteira | Argentina |
| São Borja | 3.616.019 | 61.671 | 17,05 | cidade-gêmea | Argentina |
| Tiradentes do Sul | 234.483 | 6.461 | 27,55 | linha de fronteira | Argentina |
| Uruguiana | 5.715.763 | 125.435 | 21,95 | cidade-gêmea | Argentina |

Fonte: Elaborado por Ganzer, C., 2014 a partir de dados do IBGE, 2010; http://www.mi.gov.br/programas/programasregionais/faixa/municipios.asp?area=spr_frenteira.

O município com maior território municipal é Alegrete, seguido de Santana do Livramento e Uruguiana. Estes municípios fazem fronteira com o Uruguai e possuem, assim como outros municípios da faixa de fronteira inseridos na realidade da metade sul do Estado, características de sua estrutura fundiária vinculadas à grande propriedade e à concentração da renda fundiária, com forte influência de atividade de pecuária extensiva. Do ponto de vista do tamanho populacional, verifica-se que os municípios que se encontram na faixa de

fronteira e que possuem população acima de mil habitantes são 14, sendo que, destes, oito contém cidades gêmeas. Há quatro cidades com população acima de 100 mil habitantes, sendo Pelotas a mais populosa (328.275 habitantes), seguida de Rio Grande, importante centro portuário do Estado. Estas duas cidades constituem uma aglomeração urbana importante na porção sul do Rio Grande do Sul, estabelecendo-se historicamente como polos urbanos estruturadores na organização do território fronteiriço, na oferta de serviços como educação e no desenvolvimento econômico do Estado. Estes centros urbanos estratégicos são, portanto, difusores e atratores de dinâmicas urbanas e regionais, com forte relação com a faixa de fronteira em termos de fluxos, permeabilidade e articulações com outros centros. A Figura 1 apresenta a rede urbana do Rio Grande do Sul, sendo elaborada a partir de dois mapas: as Redes Modais disponível no Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2014), que considera as principais rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos como base de sistema viário do Estado; e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que apresenta os postos de contagem (parados e ativos) em rodovias do Estado para marcação de rodovias principais.

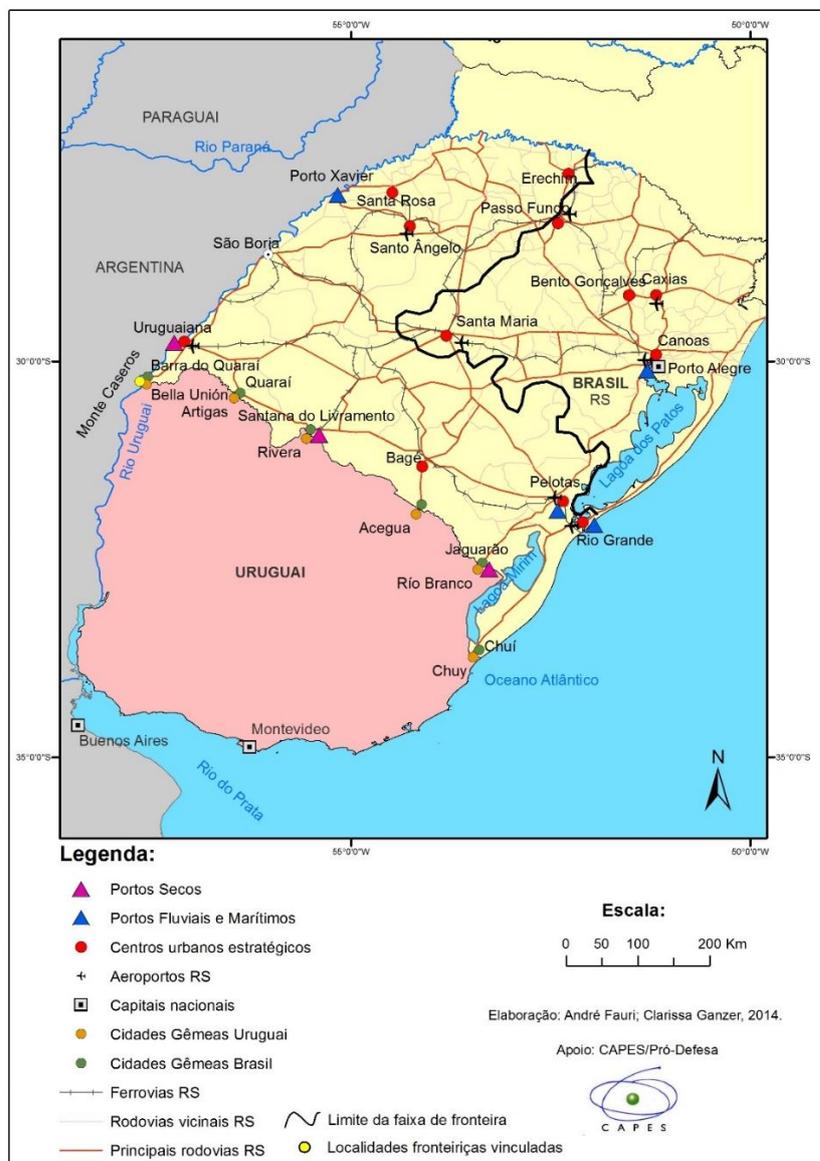


Fig. 1: Principais centros urbanos na rede urbana e infraestrutura de mobilidade no RS.
Autoria: Elaborado por Ganzer, C. e Fauri, A., 2014.

Observa-se aqui que as rodovias federais (BRs) aparecem como os principais eixos articuladores da rede viária do Estado, sendo que a parte do território gaúcho mais bem servida por rodovias é a porção noroeste, embora haja menor permeabilidade de fluxos em relação à fronteira argentina em razão da forte presença do rio Uruguai e da esparsa e rarefeita rede urbana do lado argentino.

Constata-se, numa breve análise da distribuição da rede urbana e sua relação com a linha de fronteira, maior permeabilidade viária no na fronteira sul do Estado (fronteira Rio Grande do Sul-Uruguai) se comparada à fronteira norte-leste (fronteira Rio Grande do Sul-Argentina) a qual tem uma clara separação de conexões pelo Rio Uruguai e a ausência de conexões físicas.

Na fronteira com a Argentina existem apenas duas cidades cuja travessia se dá por pontes: São Borja e Uruguaiana, sendo as demais passagens feitas por balsas, o que dificulta a mobilidade entre países. As rodovias brasileiras e argentinas nessa faixa de fronteira em sua maioria não estabelecem articulações entre si, mostrando um desenho paralelo à linha de fronteira, sem cruzá-la.

Na fronteira sul do Estado com o Uruguai, a situação é muito diferente, visto que as vias cruzam pelo menos três pontos estratégicos com a rede urbana uruguaia até Montevideo: as cidades de Uruguaiana, Santana do Livramento/Rivera e Jaguarão/Rio Branco. As conexões estabelecidas entre estes três centros urbanos com a rede em que se inserem justifica a presença de infraestrutura e equipamentos importantes tanto do ponto de vista do controle de circulação de mercadorias (aduanas e unidades de atendimento da Receita Federal e Receita Estadual), como do controle de circulação de pessoas e veículos (polícia Federal). Outros centros menos expressivos, mas que representam interrelações internacionais nesta fronteira são as cidades gêmeas Aceguá/Acegua, Quaraí/Artigas e Barra do Quaraí/Bella Unión.

Todas as cidades gêmeas nesta linha de fronteira entre Brasil e Uruguai possuem *free shops* que variam de intensidade segundo sua posição e conexão com outros centros, sendo, no entanto, espaços com potencial de expansão dessas atividades comerciais. Observa-se ainda que há poucas articulações entre as cidades gêmeas que se localizam na linha fronteira entre Rio Grande do Sul e Uruguai, o que possivelmente dificulta a integração comercial destes centros. A Figura 2 ilustra essa condição de controle e segurança das cidades fronteiriças brasileiras.

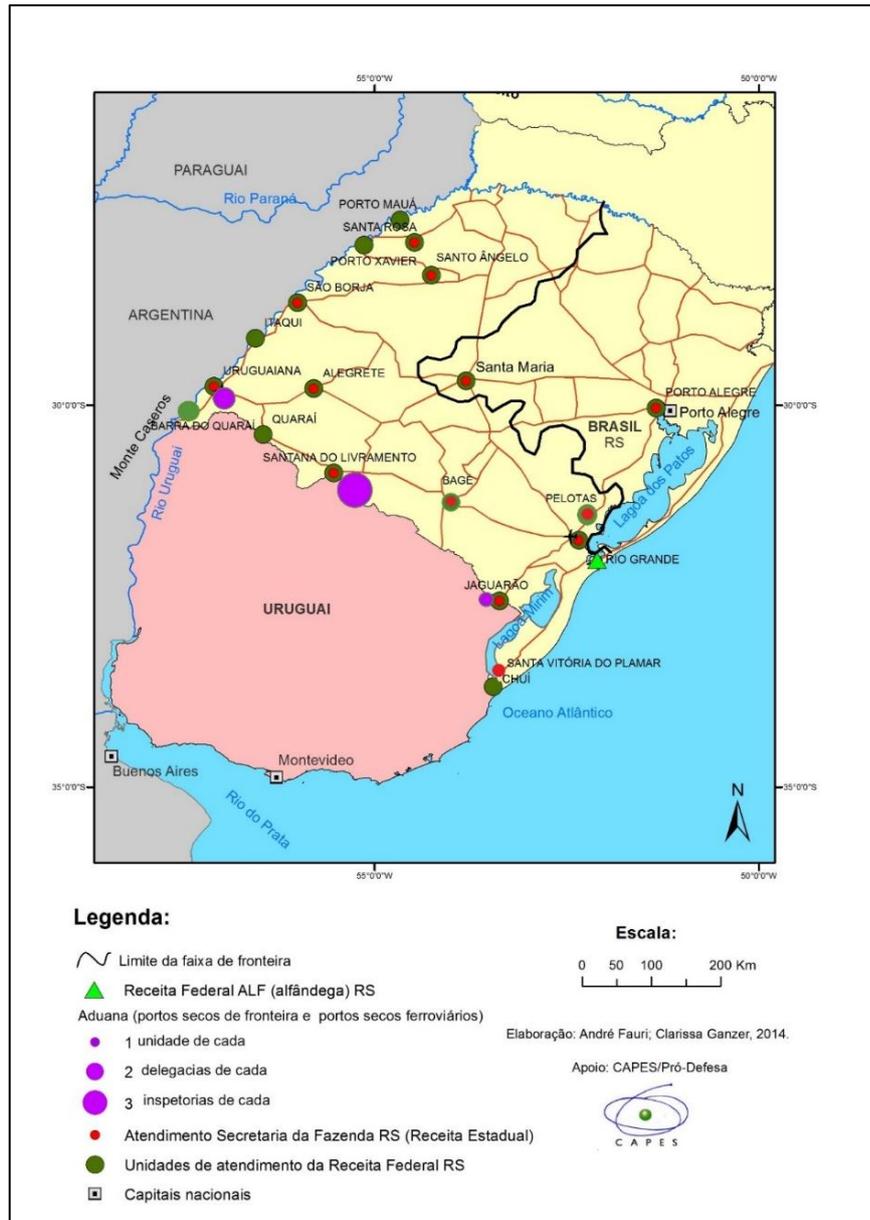


Fig. 2: Sistemas de controle de fronteira no RS.
 Autoria: Elaborado por Ganzer, Clarissa. e Fauri, André, 2014.

As condições atuais da região fronteira entre Brasil e Uruguai apresentam uma rica possibilidade de reflexões sobre as possibilidades de investimentos mais voltados à integração e cooperação internacional. Destaca-se aqui alguns aspectos que merecem um olhar mais atento:

a) **o marco regulatório e estratégias de controle em áreas fronteiriças:** estes aspectos podem ressaltar a dissociação entre as perspectivas nacionais de estabelecimento de políticas e as diretrizes de uso e ocupação do território. Importa reconhecer e valorizar as dinâmicas regionais pertinentes às diferentes realidades da faixa de fronteira no Brasil;

b) a **organização territorial e infraestrutura regional:** pode explicitar contrastes entre as formas de articulação viabilizadas pela configuração da rede urbana e as condições de integração socioespacial. No RS a permeabilidade existente na fronteira voltada ao Uruguai

não é reconhecida como um potencial de integração internacional em larga escala, mas pontual e economicamente, valorizando empresas de capital privado, como, por exemplo, as maquiladoras;

c) a **relação entre morfologia urbana e sistemas de controle**: são ao mesmo tempo, reflexo e condição das contradições pertinentes ao território usado de fronteira. A organização dos sistemas de controle atrelada às lógicas de localização, concentração de pessoas e densidades de fluxos (mercadorias, pessoas e capital) pode permitir a construção de estratégias ao mesmo tempo mais integradoras de espaços internacionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscou-se discutir, a partir de dados referentes à rede urbana na faixa de fronteira brasileira e no contexto da relação entre Brasil e Uruguai mais especificamente, os limites e possibilidades sobre a valorização das condições de interação socioespacial internacionais.

Na fronteira sul brasileira verificou-se o destaque para duas formas de integração internacional: de um lado, a fronteira seca Brasil-Uruguai apresenta forte potencialidade de articulação através de uma rede urbana mais ramificada e de suas cidades gêmeas historicamente constituídas com grandes investimentos em *free shops*.

De outro lado, a fronteira Brasil-Argentina esbarra na ausência de uma densidade mais significativa de cidades do lado argentino, com eixos viários muito escassos, mas ainda assim constituindo-se em pontos estratégicos de passagem entre os dois países.

As dinâmicas socioespaciais ali presentes e associadas às novas tecnologias vinculadas aos fluxos de pessoas, mercadorias, capital e informação parece sugerir que são possíveis transformações mais significativas nessa porção do território. Por outro lado, os interesses externos que se manifestam no livre comércio oferecem desafios para as práticas cotidianas locais, mesmo para cidades que já desenvolvem estas atividades há mais tempo como Santana do Livramento, por exemplo.

Cidades com alto potencial polarizador e gestão de controle de fluxos, como Uruguaiana, tendem a assumir cada vez mais um papel estratégico não apenas em relação a sua relação com a fronteira, mas com a microrregião em que se inserem no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

Ministério da Integração Nacional (MI) (2005). *Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Bases para uma política integrada de desenvolvimento regional para a Faixa de Fronteira. Brasília, Ministério da Integração Nacional.

Carneiro Filho, C. P. (2013). *Processos de Transfronteirização na Bacia do Prata: a tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai*. Tese de Doutorado. Porto Alegre, POSGEA/UFRGS.

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) (2008). *Postos de contagem do Rio Grande do Sul*. Rio Grande do Sul [Online] Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/rodovias/operacoes-rodoviaras/convenios-com-a-ufsc/convenio-00562007-p2-f2-produto-2.pdf>. [Acessado em: 29/10/2014].

Dupuy, G. (1991) *L'Urbanisme des réseaux: théories et méthodes*. Armand Colin.

IBGE (2008). *Região de Influência de Cidades*. [PDF] Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/regic_28.pdf. [Acesso em: outubro 2014].

IPEA (2001). *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana*. [PDF] IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_caracterizacao_tendencias_v03.pdf. [Acessado em: outubro 2014].

IPEA (2000). *Redes urbanas regionais: Sul*. [PDF] IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_caracterizacao_tendencias_v03.pdf [Acessado outubro 2014].

Mercosul (2014). *MERCOSUL - Dados gerais*. [Online] Brasília, Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/dados-gerais> [Acessado em: 05/12/2014].

Moura, R.; Kleinke, M. de L. U. (1999). Espacialidades de Concentração na Rede Urbana da Região Sul, *Revista Paranaense de Desenvolvimento* [Online] Curitiba, n.95, jan./abr, p. 3-25.

Portal Brasil (2014). *Rios e bacias do Brasil formam uma das maiores redes fluviais do mundo* [Online] Brasília Disponível em <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2009/10/rios-e-bacias-do-brasil-formam-uma-das-maiores-redes-fluviais-do-mundo> [Acessado em: 05/12/2014].

Receita Estadual (2014). *Locais de Atendimento/Rio Grande do Sul*. [Online] Rio Grande do Sul. Disponível em: https://www.sefaz.rs.gov.br/Site/LocaisMunicipios_2.aspx [Acessado em: 29/09/2014].

Receita Federal (2014). *Unidades de atendimento/ Rio Grande do Sul*. [Online]. Brasília: Ministério da Fazenda Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/AtendContrib/Atendimento/UnidAtendimento/RS.htm> [Acessado em: 26/6/2014].

Rio Grande do Sul (2014). *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Redes Modais*. [Online]. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=797&cod_menu=796&tipo_menu=INFRA&cod_conteudo=1346 [Acessado em: 01/10/2014].